

Sumário

INTRODUÇÃO	29
A SOCIEDADE DE RISCO INFORMÁTICA	35
1. O uso do termo “tecnologia”	45
2. Revolução informacional	46
3. Gerações e direito penal informático	48
4. Afinal, o que é a virtualidade?	52
5. O ecossistema escondido: <i>Deepweb, Darkweb, Darknet</i>	68
6. A nuvem como parte do ecossistema virtual	72
7. Características do <i>Cloud Computing</i>	77
8. Os riscos da prestação de serviço de armazenamento em nuvem e as implicações no Direito Penal	80
9. Uma possível 5ª geração de Direitos Humanos.....	82
10. Uma proposta de definição para o Direito Penal Informático.....	87
PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL SOB A ÓTICA INFORMÁTICA	89
1. Princípio da Legalidade	90
2. Princípio da Culpabilidade	93
3. Princípio da Responsabilidade Penal Subjetiva e Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.....	96
4. Princípio da Insignificância ou Bagatela.....	98
5. Princípio da Exclusiva Proteção dos Bens Jurídicos	102
6. Princípio da Ofensividade ou Lesividade.....	103
7. Princípio da Intervenção Mínima.....	105
8. Princípio do <i>Ne Bis in Eadem</i> ou Proibição da Dupla Punição Pelo Mesmo Fato	106

9. Princípio da Proporcionalidade	109
10. Novos Princípios para o Direito Penal Informático	111
11. Princípio da Dupla Presunção de Inocência.....	112
12. Princípio do Mosaico	126
13. Princípio da Relativização dos Elementos Informáticos	130
14. Princípio da Sigilosidade Reflexa	141
15. Princípio da Dignidade do Usuário	153

O BEM JURÍDICO INFORMÁTICO 159

1. Introdução	159
2. Aspectos Evolutivos do Instituto do Bem Jurídico Penal	160
3. A Situação Doutrinária do Bem Jurídico	163
4. O Bem Jurídico Informático em Sentido Estrito	166
5. Os elementos da segurança informática.....	182
5.1. Confidencialidade	186
5.2. Integridade.....	194
5.3. Disponibilidade	198
5.4. Integridade, Autenticidade e Cadeia de Custódia	205
5.5. Criptografia e os Elementos Informáticos.....	211
5.5.1. Breve Histórico.....	212
5.5.2. Criptografia e tecnologia	214
5.5.3. Vantagens da criptografia na proteção do bem jurídico informático	217
5.5.4. Criptografia e Legislação Brasileira	219
5.5.5. A evolução da criptografia nos comunicadores instantâneos ..	224
5.5.6. As dificuldades jurídicas geradas pela criptografia.....	230
5.5.7. Apontamentos finais sobre criptografia.....	238
5.6. Interceptação de Dados, Quebra de Sigilo e Bem Jurídico Informático	241

DESENVOLVIMENTOS DO DIREITO PENAL INFORMÁTICO 249

1. Alocação do Direito Penal Informático no Direito	250
2. Competência para legislar sobre Direito Penal Informático	252
3. Competência Jurisdicional	253
4. O Surgimento e Evolução do Direito Penal Informático Brasileiro	260
5. Nomenclaturas e seus conflitos no Direito Penal Informático	265
6. Classificações dos Delitos Informáticos.....	275

7.	As Características do Direito Informático.....	283
7.1.	Interatividade ou Comando.....	283
7.2.	Mobilidade ou Portabilidade.....	286
7.3.	Conversabilidade	288
7.4.	Conectividade.....	289
7.5.	Mundialização.....	291
7.6.	Ubiquidade ou Simultaneidade	294
7.7.	Fracionabilidade.....	296
7.8.	Divisibilidade.....	298
7.9.	Intangibilidade	301
7.10.	Disponibilidade	306
7.11.	Pluralidade	308
7.12.	Velocidade.....	310
7.13.	Não Territorialidade	311
7.14.	Manipulabilidade.....	312
7.15.	Anonimidade.....	314
7.16.	Inevitabilidade	316
O DIREITO INFORMÁTICO E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO		319
1.	Introdução.....	319
2.	Tempo do Delito	320
3.	Lugar do Delito.....	323
4.	Conceito Dogmático de Delito Informático.....	327
TIPICIDADE INFORMÁTICA		329
1.	A previsão legal da conduta	329
2.	O nexó de causalidade informática.....	329
3.	Autoria informática	331
4.	A vítima do delito informático	336
5.	Autocolocação da vítima em risco	337
6.	O evento informático	338
7.	Objeto jurídico e objeto material.....	340
8.	Elemento subjetivo do tipo informático	342
9.	O erro de tipo informático.....	347
10.	O crime impossível informático.....	350

ANTI JURIDICIDADE INFORMÁTICA	353
1. As Excludentes de Antijuridicidade numa visão informática	353
2. A Legítima Defesa e a Legítima Defesa Informática.....	356
2.1. O antivírus e a legítima defesa.....	363
2.2. A dificuldade em se identificar um ataque virtual.....	367
2.3. A falta de lógica dos ofendículos na informática	368
2.4. A ferramenta informática e seu caráter interativo	370
3. O estado de necessidade informático.....	372
4. O exercício regular de um direito informático	374
5. O estrito cumprimento do dever legal na informática	377
6. O consentimento do usuário ofendido	379
CULPABILIDADE INFORMÁTICA	385
1. Inimputabilidade	385
2. Potencial Consciência da Antijuridicidade.....	387
3. Exigibilidade de conduta diversa na informática.....	388
4. O <i>iter criminis</i> nos delitos informáticos e suas relações	391
5. Desistência e Arrependimentos na informática	394
6. Arrependimento posterior	396
7. Concursos no Direito Penal Informático.....	399
7.1. Concurso de pessoas no meio informático	399
7.2. Concurso de delitos e Direito Penal Informático.....	404
8. Agravamento da pena pelo uso da informática	406
8.1. Três críticas importantes.....	409
8.2. A agravante propriamente dita	412
8.3. Da incoerência legislativa quanto ao meio informático como agravante.....	414
9. Finalidade e Eficácia da Pena no Delito Informático.....	416
A DELINQUÊNCIA INFORMÁTICA EM ESPÉCIE	423
1. As Leis nºs 12.735/12 e 12.737/12	424
2. O PL nº 84/99 – Lei nº 12.735/2012	425
3. O PL nº 2.793-C/2011 – Lei nº 12.737/2012.....	432
4. A mudança no artigo 298 do Código Penal	434

INTERRUPÇÃO OU PERTURBAÇÃO DE SERVIÇO TELEMÁTICO OU DE INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA 437

INVASÃO INFORMÁTICA 443

1. A criação dos artigos 154-A e 154-B do Código Penal 443
2. Invasão de dispositivo informático com a finalidade de obtenção, adulteração ou destruição de dados ou informações..... 448
3. Invasão de dispositivo informático com a finalidade de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita..... 468
4. A figura equiparada do § 1º 476
5. A causa de aumento do § 2º 478
6. O tipo de invasão qualificada de dispositivo informático..... 480
7. A causa de aumento do delito qualificado..... 485
8. A causa de aumento pela especial qualidade da vítima 488
9. Classificações do tipo 489
10. As questões processuais penais do artigo 154-B e outras..... 491

EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL 495

1. Questões Formais 496
 - 1.1. Origem legislativa..... 496
 - 1.2. Uma teratologia na alocação do tipo 498
 - 1.3. Desdobramentos do tipo e classificação 498
2. Questões materiais..... 503
 - 2.1. Composição do bem jurídico “dignidade sexual”..... 503
 - 2.2. Análise do tipo 504
 - 2.3. Uma lacuna ainda deixada 509
 - 2.4. A pena..... 510
 - 2.5. A limitação da expressão “cena”..... 511
 - 2.6. Dificuldades da ação penal pública incondicionada 511
 - 2.7. Situação de desconhecimento dos envolvidos 513
 - 2.8. Classificações do delito..... 514
 - 2.9. Conclusões..... 516

EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA..... 519

1. Problemas Formais..... 520
 - 1.1. Objeto da lei inadequadamente representado 520
 - 1.2. *Nomen iuris* do artigo 218-C equívoco e inadequado..... 521
 - 1.3. Alocação indevida do tipo..... 524

2.	Problemas Materiais	525
2.1.	Representação do meio utilizado prejudicialmente redundante	525
2.2.	Mudança de bem jurídico.....	526
2.3.	O problema do verbo “oferecer”.....	528
2.4.	A pena mínima	531
2.5.	A limitação da expressão “cena”.....	533
2.6.	Redação confusa.....	534
2.7.	Dificuldades da ação penal pública incondicionada	536
2.8.	A discutível causa de aumento de pena	537
2.9.	Exclusão de llicitude	540
2.10.	A revogação do artigo 61 da Lei das Contravenções Penais.....	542
2.11.	Classificações do delito.....	543
2.12.	Conclusões.....	545
	INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO	547
1.	A má construção do tipo.....	548
2.	As penas do artigo 313-A.....	556
3.	Classificações do delito.....	556
	MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADAS DE SISTEMAS DE IN-	
	FORMAÇÃO.....	559
1.	As penas do artigo 313-B e sua causa de aumento.....	563
2.	Classificações do delito.....	564
	CYBERSTALKING	567
1.	A análise do tipo	575
2.	Causas de aumento de pena	584
3.	Pena e ação penal.....	587
4.	Revogação do artigo 65 da Lei de Contravenções Penais	591
5.	Classificação.....	593
6.	Percepções gerais da tipologia	594
7.	Conclusões.....	595
	SEXTORSÃO INFORMÁTICA	599
	SCAMMING (ESTELIONATO POR MEIO VIRTUAL).....	615
1.	Engenharia Social ou Engenhosidade Social?.....	620
2.	<i>Social engineering</i> como termo das Ciências Sociais	620

3.	<i>Social engineering</i> como termo da Segurança da Informação	622
4.	A equivocidade da expressão “social engineering”	623
5.	As 6 características da engenhosidade social	625
6.	A fraude eletrônica.....	628
7.	A causa de aumento do § 2º-B.....	637
8.	As causas de aumento de pena do estelionato	640
9.	Questões processuais e pena	645
10.	Classificações do tipo	647
PORNOGRAFIA INFANTO-JUVENIL DA VIRTUALIDADE		651
1.	O problema na expressão “crime de pedofilia”	652
2.	Os tipos do artigo 241.....	666
OUTROS TEMAS DE DELINQUÊNCIA INFORMÁTICA.....		673
1.	Desinformação prejudicial (<i>Fake News</i>) e Direito Penal	673
2.	<i>Stalkerware</i>	680
3.	Injúria, Calúnia e Difamação na Virtualidade.....	684
4.	Exfiltração e usurpação de dados no direito penal	687
5.	Ações criminosas em Redes Sociais	691
6.	Demais mudanças da Lei nº 14.155/21	695
7.	Considerações sobre a Lei nº 14.197/21 e a virtualidade.....	700
TEMAS DE PROCESSO PENAL INFORMÁTICO		709
1.	O paradoxo de Moraes	709
2.	O RHC nº 99.735-SC e as lições ao Direito Processual Penal Informático	715
3.	Da ilegalidade do monitoramento via WhatsApp Web	718
4.	A possibilidade de uso de <i>Geofencing</i> em investigações.....	726
5.	<i>Fishing Expedition</i> e seus riscos.....	730
6.	O PL nº 4939/2020 e as provas informáticas.....	735
7.	A Investigação Defensiva no Direito Penal Informático	737
CIBERCRIMINOLOGIA		739
1.	É preciso uma cibercriminologia?.....	739
2.	Criminologia e a teoria dos espaços transitoriais	751
3.	A criminologia e a difícil prevenção do delito informático	761
4.	Ótica criminológica do autor do delito informático	765
5.	Cibervitimologia e cibervitimodogmática	771
5.1.	A parêntese vítima-vitimário.....	790

5.2. A precipitação vitimal	793
5.3. Perigosidade vitimal	794
5.4. Receptividade vitimal.....	794
5.5. A prevenção vitimal	795
5.6. A vítima solitária.....	800
5.6.1. A Solidão Antissocial	801
5.6.2. A Solidão Relacional	802
5.7. A vítima gananciosa.....	804
5.8. A vítima curiosa	806
6. A Educação Digital e seus impactos na Vitimodogmática.....	808
GLOSSÁRIO	817
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	851